



Intervenção REP

no CLUB DE REFLEXÃO POLÍTICA

23 / 5 / 85

Fundação Cuidar o Futuro

REFLEXÃO POLÍTICA



Pergunta: PORTUGAL E A NATO

Resposta: \_\_ Portugal é membro de pleno direito da Aliança Atlântica . A NATO tem uma certa dívida em relação a Portugal, no referente à modernização dos nossos instrumentos de defesa. Neste sentido, julgo que o nosso país, pela qualidade das suas forças armadas, tem, dentro da NATO, a possibilidade de encontrar uma plataforma para essa modernização.

\_ Existe uma segunda questão ainda relativa à NATO, embora de natureza diferente, que não quero deixar de abordar.

O Grupo de Inter-Ação de Ex-Chefes de Governo, no qual me integro na companhia de personalidades como Helmut Schmidt, Callaghan, Chaban Delmas, Andreotti, Waldeim etc. , acaba de dirigir uma carta às duas super-potências empenhadas nas negociações de Genebra em que pedimos que a política por elas seguida - e, portanto, aplico-a necessariamente à situação de Portugal na NATO - procure, em primeiro lugar, as fórmulas que permitam uma clara redução de toda a espécie de armamentos: armas nucleares, químicas, bacteriológicas e convencionais. Isto porque tem havido um debate relativamente à diferença entre o armamento convencional e o armamento nuclear que tem subestimado o primeiro; como se as armas convencionais não fossem igualmente perigosas.

Hoje é indubitável que uma guerra que comece por armas de tipo convencional não deixa de trazer no seu bojo o risco da utilização de artefactos nucleares. Logo, colocamos exactamente no mesmo plano as armas convencionais e nucleares, bem como as químicas e bacteriológicas. No respeitante aos armamentos químicos e bacteriológicos, os primeiros já experimentados em larga escala no decurso da 1ª Guerra Mundial, constatamos que se está a acentuar o esforço de investigação científica para fins militares em diversos países. O que significa uma enorme ameaça que pesa sobre o património genético da humanidade.

\_ É tomando em consideração estes aspectos que pedimos, em primeiro lugar, a redução de todos os tipos de armamento e, em segundo lugar, que o conjunto dos elementos de dissuasão se situem ao mais baixo nível possível de armamento. Esta é, em termos muito sintéticos, a minha posição

Pergunta: PORTUGAL E A CEE

Resposta: \_\_ Trata-se de uma adesão por motivos políticos a uma realidade que, contrariamente ao que tem sido dito, não é um mercado, mas sim uma Comunidade Económica que, até agora, só tem de comum a política agrícola. Política que tem dado muito trabalho e é discutida anualmente em relação a cada um dos produtos vindos dos vários países.

.../



Há poucos dias, em entrevista concedida ao DN, o Sr. Ministro da Agricultura disse: "... A adesão à CEE envolve dez anos em termos agrícolas, no termo dos quais talvez a agricultura portuguesa esteja em condições concorrenciais com a agricultura dos outros países da CEE".

Julgo que, com esta frase do Sr. Ministro da Agricultura, fica tudo dito sobre os próximos dez anos da agricultura em Portugal, e suas consequências do ponto de vista económico.

Do ponto de vista industrial a nossa adesão à CEE não tem grandes repercussões na medida em que pedimos a ~~mesma~~ adesão à Comunidade, numa altura em que já estava em vigor um acordo estabelecido com a CEE em 1972. E, quando em 1976 começámos a trabalhar para o pedido de adesão fizemos, ao mesmo tempo, um protocolo adicional que ratificava esse acordo de 1972. Neste, as pautas aduaneiras referentes aos produtos industriais seriam substancialmente reduzidas e praticamente anuladas até ao fim de 1985. Portanto, por um caminho ou por outro, os produtos industriais, em termos de CEE, seguem um processo completamente à parte.

Que consequências tem, ou poderá vir a ter a nossa adesão à CEE?

Em primeiro lugar tem um aspecto simbólico positivo: Portugal enquanto país que retoma a sua dimensão europeia. De certo modo como foi dito, e só, no programa do I Governo Constitucional, quando pela primeira vez se falou na adesão de Portugal à CEE, Portugal queria reintegrar-se institucionalmente na Europa através de três instrumentos: da adesão à CEE; da participação no Conselho da Europa que integra todos os países da Europa Ocidental; e, finalmente, através da sua integração na Conferência de Segurança e Cooperação Europeias que integra, não só todos os países europeus do Ocidente e do Leste, como também os Estados Unidos e o Canadá.

Ora, neste sentido a adesão à CEE é um acto normal. É um acto normal mas que acarreta consequências - para as quais os próprios governantes nos estão agora alertando - nomeadamente nas alterações nos preços ao produtor e, sobretudo, nos preços ao consumidor, que irão determinar o nível de vida nos anos mais próximos. Este processo terá necessariamente que ser repensado, revisto, trabalhado com muito cuidado, ao longo de todo o período de transição que será de dez ou quinze anos, mas que ainda não está suficientemente esclarecido.

É importante frisar que dispomos, dentro da CEE, de um capital espantoso de negociação que consiste justamente no facto de sabermos que os nossos trabalhadores, juntamente com os trabalhadores do Norte de África, espanhóis, jugoslavos, e até certo ponto os italianos, asseguram toda a infra-estrutura da CEE. No dia em que todos estes trabalhadores fossem forçados a regressar às suas casas a CEE pararia, pura e simplesmente. Pararia a recolha do lixo, parariam os hospitais, pararia tudo aquilo que funciona de uma forma dura e difícil no quotidiano.

Julgo que Portugal tem, neste período de transição decorrente da adesão à CEE, o máximo interesse em constituir o que poderíamos chamar de " cartel" dos países ~~que~~

.../



que têm trabalhadores imigrantes nos países da CEE, de modo a jogar com esse factor humano que é extremamente importante. Aliás, outros países estão pensando nessa possibilidade.

Ainda referindo aspectos ligados à nossa adesão à CEE, gostaria de sublinhar que não vejo que tenha outras consequências, além das que mencionei a nível económico, muito duras no período de transição. E não tem outras consequências na medida em que a CEE não tem uma política comum em nenhum outro domínio. Nem sequer consegue ter uma política comum no domínio dos regimes da Segurança Social quanto aos trabalhadores imigrantes, obrigando-nos assim a estabelecer contratos e acordos bilaterais com todos os países que formam a CEE. No decurso da minha experiência internacional e fazendo parte do Grupo Ocidental onde estão presentes os países da CEE, verifiquei que, em termos de política externa a CEE funciona como um todo quando cada um dos países se quer livrar de responsabilidades. Nessas ocasiões acolhe-se sob a capa protectora da Comunidade e nessa altura fala-se de política da CEE, definida ali, no instante, pelos embaixadores presentes. Contudo, assim que estão em causa os interesses individuais de uma França, uma Holanda ou de uma Alemanha, são esses interesses que primam sobre a política externa comum da CEE.

Este aspecto reveste-se de particular importância para nós, portugueses, na medida em que nos permite entender e sentir que não ficamos coartados quanto à nossa movimentação e, sobretudo, quanto à complementaridade que existe entre este eixo da nossa cooperação externa e outros eixos que nos devem ser igualmente caros, para não dizer vitais, no nosso futuro a médio e longo prazos.

Pergunta: TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Resposta: \_ A Teologia da Libertação não é, como um bom amigo que escreve muito nos jornais escreveu há tempos, a acção que o Padre Abel Varzim desenvolveu no seu tempo. Não é exactamente isso. O Padre Abel Varzim foi um homem notável, mas não é isso.

Aqui cabe fazer um pouco da história da teologia.

Acontece que até à realização do Concílio Vaticano II a teologia desenvolveu duas linhas extremamente importantes. Até então parecia que a teologia pertencia ao âmbito restrito ~~EXCLUSIVO~~ dos clérigos, excluindo os leigos, os cristãos baptizados. Uma das linhas que mencionei foi chamada a teologia do laicado e diz respeito a todos os cristãos. Entre muitas coisas, afirmava a plena participação do cristão e a obrigatoriedade, que lhe advem do baptismo, da sua participação na transformação das estruturas sociais, culturais, políticas e económicas.

Recordo-me dos meus tempos de estudante, quando era presidente do Movimento Internacional dos Estudantes Católicos e fomos recebidos pelo Papa Pio XII. Nessa ocasião



ele disse-nos: " Vós, os estudantes, deveis colocar-vos na ponta avançada da interfe-  
gencia na vida pública, cultural, social e económica. É aí que está o vosso testemu-  
nho como cristãos". E esta ideia, que foi continuando pelo tempo fora, desembocou com  
grande força no Concílio Vaticano II, sobretudo na constituição Pastoral " Gaudium et  
Espes " que tem que ver com a presença dos cristãos no Mundo.

Uma outra corrente, igualmente importante, veio confluír com esta. Foi aqui-  
lo que nós chamámos, na altura, a Teologia das Realidades Terrestres.

Por quê? Porque tinha havido toda uma corrente piedosa que via este mundo de  
um lado, e o mundo das realidades transcendentés de outro lado, e que não dava suficiente  
valor a estas realidades terrestres em que vivemos.

Ora a Teologia das Realidades Terrestres -de que foi talvez o melhor intér-  
prete o Padre Dominicano Chehu, sobretudo com a sua teologia do trabalho que está na ba-  
se da Encíclica de João Paulo II, " Laborens Exercens " -, essa teologia vinha dizer:  
\_ é preciso que as realidades terrestres sejam tomadas tal como o são; isto é, na sua rea-  
lidade, na sua opacidade, nas suas dificuldades. E é preciso que os cristãos estejam bem  
conscientes que é esse o material com que se faz o Reino de Deus.

Como é que nasce daqui a Teologia da Libertação?

A confluência destas duas correntes levam a um empenhamento muito grande de  
padres e leigos numa acção social e cultural de transformação. Esta acção acontece num  
período em que mais de cem novos territórios se tornam países. Em que a palavra dominante  
é a palavra libertação. É o longo período que decorre desde a Conferência de Bandung até  
aos nossos dias. É o grande período da libertação de povos em relação a outros povos.  
Então, há como que a releitura da Bíblia na base destas duas premissas que referi. Há uma  
releitura da Bíblia e, em particular do Novo Testamento que encontra aí uma força muito  
grande

Os cristãos, confrontados com as realidades que os rodeiam nas favelas do  
Brasil, os cristãos sofrendo a perseguição nas Filipinas, os cristãos vivendo sob ditadu-  
ras em países africanos, vêem-se perante exigências do próprio Evangelho. E agarram no  
Evangelho e encontram, nos três sinópticos, uma passagem muito importante :

\_ Jesus Cristo, regressando à terra dos seus pais, vai à Sinagoga, abre as Sagradas Escri-  
turas e lê uma passagem do profeta Isaías. Nessa passagem Isaías diz assim: " Eu vim para  
anunciar a boa nova aos pobres, para dar a vista aos cegos, para libertar os oprimidos ".  
Jesus Cristo, fecha as Sagradas Escrituras e diz: " Hoje cumpriu-se a Escritura".

Quer dizer, Jesus Cristo ~~me~~ define-se como trazendo a boa nova aos pobres.  
E aí reside, pode dizer-se, o fulcro e o aspecto central daquilo a que eu chamaria a ver-  
dadeira Teologia da Libertação. Como o desembocar de duas grandes correntes teológicas e  
de um reencontro de cristãos empenhados no bem estar e na dignidade humana dos seus irmãos,  
com as próprias fontes do Evangelho.

.../

A actual querela, entre a Sagrada Congregação da Doutrina e Propaganda da Fé e alguns teólogos da libertação é, naturalmente, um problema muito localizado. Sabemos que, neste momento, constitui um ponto de divergência mesmo entre membros da hierarquia católica e penso que, como em tudo, a Igreja e o Cristianismo estão profundamente situados, e o "Hic et nunc". Por isso é que Jesus Cristo encarnou. Não há respostas universais, há respostas para cada situação. Eu não sou capaz de julgar e não sei julgar relativamente a essa controvérsia.

Pergunta: DEMOCRACIA PARTICIPATIVA - DEMOCRACIA POPULAR?

Resposta: \_ A democracia participativa é exactamente o oposto da democracia popular. Na democracia popular não há participação.

Pergunta: PARTIDOS POLÍTICOS/ PARTIDOCRACIA?

Resposta: \_ As afirmações que tenho proferido sobre a forma de funcionamento da maior parte dos partidos políticos, na maioria das ocasiões, traduzem aquilo que considero ser um fenómeno inevitável no estágio actual da nossa democracia.

Considero que \_justamente pelo facto de todos os partidos susceptíveis de deterem o poder, terem tido experiência governativa e maioria parlamentar, e ainda assim, se viram confrontados com as dificuldades que todos conhecemos\_ os partidos políticos, no período pós 1985, não poderão deixar de tentar encontrar outras práticas, precisamente porque é isso que reclama o eleitorado.

Evidentemente que isto não significa que se encare o papel dos partidos políticos de uma forma negativa a priori. O que dizemos é que houve uma prática que nos parece ser uma prática fatal de aprendizagem, e que há um salto a dar. E que esse salto se vai dar, com certeza, no próximo período. Não pode deixar de ser deste modo, uma vez que os partidos são constituídos por homens e mulheres inteligentes, capazes de verem e denunciarem, eles próprios, aquilo mesmo que denunciem.

Pergunta: EFEITO PREVERSO DOS PARTIDOS?

Resposta: \_ Não. O seu efeito perverso na democracia, quando eles ocupam todo o espaço e comprometem totalmente os objectivos da democracia.

Pergunta: ECONOMIA/PAPEL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Resposta: \_ No acto de juramento da cerimónia da tomada de posse, o PR assume a obrigação e a responsabilidade de cumprir e fazer cumprir a Constituição.

Por seu turno, a Constituição determina regras no sector económico, que estabelecem normas, objectivos e prioridades a médio e a longo prazos, e que poderão, essas sim, não só ser respeitadas para o desenvolvimento da economia, como também, e julgo que o é, das obrigações

propiciar o relançamento da nossa economia. Portanto, julgo que o P.R. tem obrigação não só de velar pela adequação das instituições à Constituição, mas também de velar pelos casos omissos.

Não me candidataria se não soubesse que é possível desenvolver uma política económica ao invés de uma política estritamente financeira. Sei que enquanto Portugal se mantiver somente numa perspectiva de políticas financeiras e não estabelecer os objectivos económicos a que a Constituição nos obriga, irá ficando cada vez mais perdido, cada vez mais endividado e cada vez com maiores dificuldades de relançamento da sua economia.

Neste aspecto, o papel do P.R. parece-nos decisivo.

Pergunta: EDUCAÇÃO

Resposta: \_ O que me parece de mais errado na área da educação é a inexistência de um sistema de ensino integrado. O que temos são parcelas de ensino que vão sendo remodeladas. O país devia ter como objectivo a gestão dos recursos humanos. Para tanto devia perguntar-se sobre qual o sistema, quais as etapas e as instituições necessárias para garantir a gestão e formação adequadas dos recursos humanos.

Pergunta: PODERES DO ORÇÃO P.R.

Resposta: \_ Estou inteiramente de acordo com o Dr. Almeida Santos quando da revisão da Constituição em 1982. Concordo em que o Presidente da República tem mais poderes e que as responsabilidades do Governo perante o Presidente são mais do que suficientes para que o Presidente possa ter um papel de intervenção, mesmo em tempo de paz.



Pergunta: Os Mitos são fantasiados ou fazem parte do inconsciente dos portugueses

Resposta: \_ Isso é muito interessante. Costaria de discutir isso consigo.

\_ Talvez, talvez... embora esses quatro mitos não estejam necessariamente articulados uns com os outros para poderem ser parte de um projecto mesmo que inconsciente. Mas acho essa sua pista muito interessante e vou reflectir sobre ela.

Pergunta: As eleições presidenciais, ganham-se ao centro. Como pensa conquistar o eleitorado conservador e imobilista que acaba por decidir as eleições?

Resposta: \_ Essa questão pressupõe uma maneira de abordar o problema eleitoral que não corresponde exactamente à minha. Vou tentar responder no seu comprimento de onda.

.../

Em meu entender, quando uma pessoa se candidata a uma função não deverá fazê-lo por calculismo, sabe?

A minha preocupação não é a de falar de uma maneira para um grupo e de modo diferente para outro. Não. É a de dizer a verdade das coisas, adequando, evidentemente, a linguagem consoante o acesso aos meios de cultura com quem estou a falar. Mas a minha abordagem não se destina à conquista pre-determinada desse grupo do centro. E mais, não sei se o centro se pode definir pelo imobilismo.

Penso que as pessoas que eventualmente se mantêm numa posição que chamou de imobilismo fazem-no porque têm receio. Há uma insegurança muito grande, e nesse sentido acredito que todas as pessoas são capazes de dar um salto. Posso não ser eu quem personificará essa dinâmica de mudança. Eu posso despoletar alguma coisa. Contudo, logo alguém virá a seguir e despoletará outra para que as pessoas sejam capazes de assumir o risco que lhes é pedido, que é pedido a cada um de nós na vida quotidiana.

Mas não abordo o eleitorado em termos de centro, direita ou esquerda, até porque não vejo essas categorias a funcionarem assim.



Pergunta: Pessimismo em relação à CEE?

Acha que agora havia outra solução?

Resposta: \_ Acho que em política lidamos com factos e não com futuríveis. É esta a decisão tomada, portanto é sobre esta que vamos trabalhar.

Teoricamente havia, sem dúvida, outros cenários. Mas uma vez tomada esta decisão - em que eu própria participei; fui chefe do governo e, durante esse período, não a puz em causa - penso que temos agora de trabalhar de uma forma muito cuidada as consequências da adesão e o período de transição. Porém, não vou referir soluções hipotéticas que qualquer professor de economia lhe dirá quais são.

A CEE não é de facto, para quem segue os seus trabalhos, um mar de rosas, e está longe de corresponder à grande Europa sonhada pelos seus fundadores.

Tem-se ficado paulatinamente pelo preço da manteiga, da carne de carneiro e depois dos legumes e dos vinhos. Realmente, este tem sido o problema essencial da CEE. Não tem conseguido uma política integrada no plano social e no plano cultural. Na área educativa, houve uma proposta de um dos países membros para a realização de um encontro de todos os ministros da Educação dos países da Comunidade, a fim de se tentar definir um esquema comum de modo a que os alunos pudessem, sem problemas, transitar de um país para outro. Concluíram que isso era impossível.

A mesma proposta foi feita aos ministros da Cultura e de novo se verificou a sua inviabilidade. As estruturas eram de tal modo diferenciadas que não havia nenhum ponto em comum. Resumindo, neste momento, as fronteiras da CEE estão muito ligadas à política agrícola comum. E, para um país como o nosso, que não reestruturou a sua agricultura tudo isto traz consigo muitas consequências.

Não estou a emitir um juízo " de fora " sobre a CEE. São conclusões resultantes de conversas que mantenho, frequentemente, com governantes dos vários países da CEE, e mesmo



